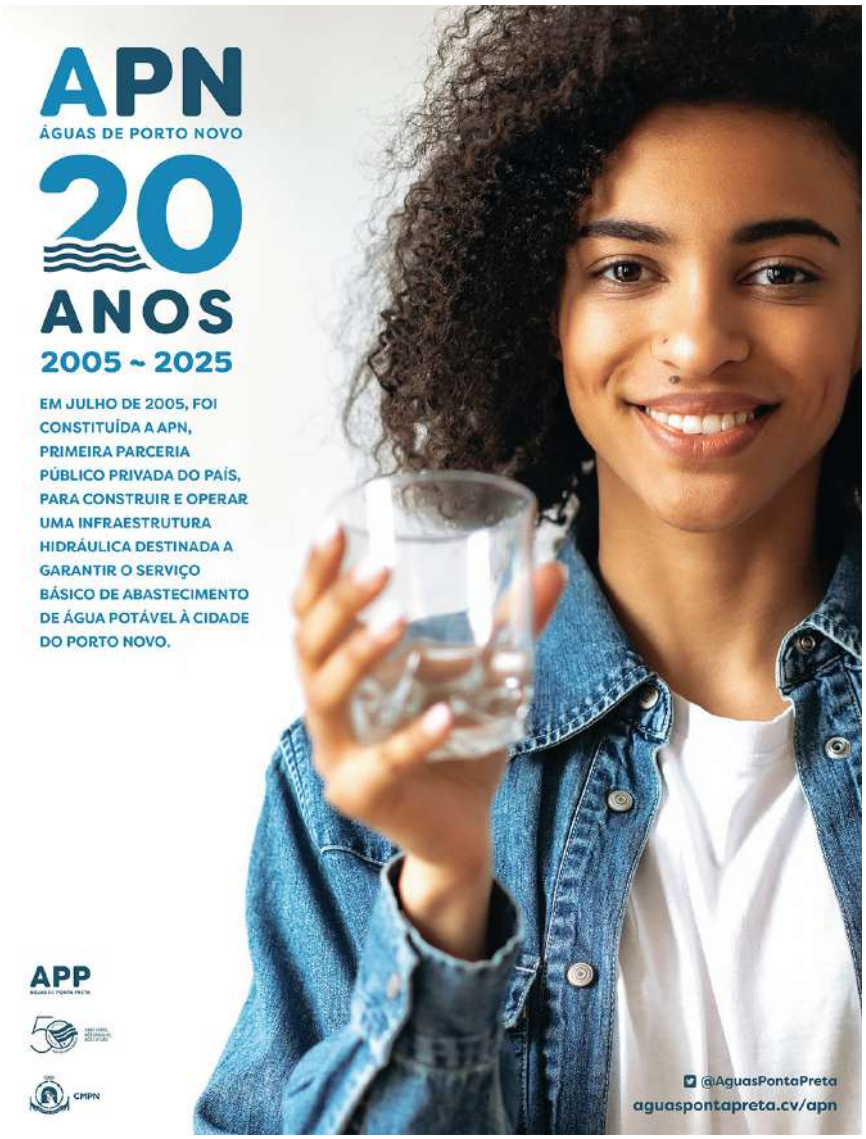
RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

XXIº Exercício



Exercício 2025
RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

1. Introdução..... 3
2. Envolvente socioeconómica 5
3. Acontecimentos relevantes..... 6
4. Evolução da atividade..... 9
4.1 Produção de água dessalinizada..... 9
4.2 Balanço salino 11
4.3 Fornecimento de água dessalinizada para Distribuição... 12
5. Consumo de energia eléctrica..... 14
6. Dados económico-financeiros..... 17
6.1 Actividade comercial 17
6.2 Evolução do balanço 19
6.3 Conta de resultados 20
6.4 Proposta de aplicação de resultados 23
6.5 Créditos subscritos 23
6.6 Contributo fiscal 24
6.7 Seguros contratados 25
6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração..... 25
7. Recursos humanos 25
8. Dados da sociedade..... 26
8.1 Estrutura acionista..... 26
8.2 Órgãos sociais..... 26
9. Projectos complementares..... 27
10. Evolução previsível da sociedade 28
11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício..... 28

Anexo 1. Dossier Fotográfico 29
Anexo 2. Balanço Analítico 42
Anexo 3. Demonstrações Financeiras..... 44
Anexo 4. Notas Explicativas das D. F..... 50
Anexo 5. Parecer do Fiscal Unico..... 69
Anexo 6. Parecer do Auditor..... 73

1. Introdução

Em 2025, a sociedade ÁGUAS DE PORTO NOVO, S.A. completou o seu 21º Exercício Económico e o 18º em atividade comercial, no decorrer dos quais, introduziu a água dessalinizada como recurso hídrico na Ilha de Santo Antão, após a assinatura do Protocolo De Intenção do Projecto de Abastecimento de Água Potável na Vila do Porto Novo, celebrado entre o acionista ÁGUAS DE PONTA PRETA LDA e o Governo de Cabo Verde no dia 28 de novembro de 2004.

A APN foi constituída em 1 de Julho de 2005 pelo Estado de Cabo Verde, pela Câmara Municipal do Porto Novo e pela empresa privada Águas de Ponta Preta Lda, na sequência de um Protocolo de Acordo de Intenção assinado no dia 28 de Novembro de 2004 com o objetivo de resolver o histórico défice quantitativo e qualitativo no abastecimento de água potável à então Vila do Porto Novo.

Está matriculada na Conservatória do Registo Comercial Notarial de Porto Novo sob o número 251873846/120050701 e desenvolve a sua actividade com o NIF 251873846. O seu nº de inscrição no Cadastro Industrial é o 483/PNSA/2005.

A APN realiza a sua actividade mediante uma concessão estatal, em regime BOT (Built, Operate & Transfer) por um período de trinta anos a decorrer desde 2008 (BO III SÉRIE Nº7, 15 de Fevereiro 2008), autorizada pelo Governo de Cabo Verde no Decreto-Lei nº 9/2005, de 31 de Janeiro e mediante uma licença de produtor independente de água dessalinizada (MECC-Despacho nº 6/2005) e uma licença de uso de recursos hídricos (ANAS, nº 01/2018). A empresa dispõe igualmente de uma licença de autoprodução de energia eléctrica (MECC-Despacho nº 8/2005) para o efeito.

A APN continua com a estrutura acionista fundacional, é membro associado da Câmara de Comércio do Norte de Cabo Verde desde 2014 e dispõe das certificações de controlo de qualidade HACCP e ISO9001:2015. A conjugação destes dois sistemas de qualidade, tanto a HACCP assim como a ISO 9001 na APN, com metodologia internacionalmente reconhecidos e certificadas, confere e garante ao consumidor Portonovense uma segurança no consumo sem restrições da água potável e a fiabilidade e transparência na gestão.

Em 2015, a APN integrou a plataforma SIRAS (Sistema Regulatório de Monitorização dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento em Cabo Verde), cuja função é a monitorização dos indicadores de gestão dos operadores do sector, os quais são publicados nos Relatórios Anuais dos Serviços de Água e Saneamento (RASAS-CV).

Decorridos vinte anos de desenvolvimento desta Parceria Público-Privada, foi construída, explorada e gerida uma instalação dessalinizadora de água do mar (IDAM) com capacidade de produção de 1.000 m^3/dia, cuja infraestrutura periférica inclui um sistema de captação de água do mar, um parque de tanques de armazenagem de 2.000 m^3 de capacidade, uma estação elevatória à rede pública, uma derivação para carga de camiões autotanque, uma central eléctrica autónoma de 400 kW de potência, uma micro-central solar fotovoltaica de 55 kWp e um posto de recarga de viaturas elétricas.

Desde a inauguração da IDAM, a 3 de Dezembro de 2007, a Empresa já abasteceu um volume de 4,43 Hectómetros cúbicos de água potável, com continuidade de 99%, á população de Porto Novo. Foram alcançadas várias metas e objetivos que transformaram a Cidade de Porto Novo, num dos núcleos urbanos com maior disponibilidade e acesso a água potável de qualidade.

Durante este período, a cidade conseguiu alcançar as metas dos ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) no que diz respeito a disponibilidade, quantidade e qualidade água potável. De igual modo, esta infraestrutura assegurou aos Portonovenses o direito à água nos termos definidos pelo quadro jurídico internacional e pelo Código da Água e Saneamento - CAS (Decreto-Legislativo nºw3/2015, de 19 de Outubro), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública e para a dinamização económica da cidade.

A Instalação Dessalinizadora de Água do Mar (IDAM) completou, em 2025, dezassete anos de atividade comercial, fornecendo à cidade do Porto Novo um volume de 0,278 Hm^3 de água potável, representando uma diminuição de 9% em relação a 2024.

A água dessalinizada tem-se consolidado como recurso hídrico flexível no atendimento da procura, continuidade no abastecimento e qualidade alimentar. O volume de água fornecida em autotanques continuou a ser elevado. Foram abastecidos 21.280 m^3 por este meio, representando 8% da procura.

O volume de água abastecido à rede de distribuição diminuiu em 9%. Num contexto de crescimento económico da Ilha de Santo Antão, polarizado pela cidade portuária do Porto Novo, a descida da demanda de água só se explica pela drástica diminuição das perdas.

2025 representou o primeiro ano completo de atividade da sociedade intermunicipal ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A. (AdSA), na qual a APN detém 25% do capital social.

O exercício decorreu com normalidade operacional, apenas alterado pelos efeitos da tempestade ERIM, registada no dia 11 de agosto com graves perjuizos provocados nas ilhas de São Vicente e Santo Antão.

O caudal médio de abastecimento foi a 760 m^3/dia, com impacto direto no preço médio de produção da água dessalinizada, registando 182 ECV/m^3, um aumento de 6% face ao ano anterior, representando um valor inferior em 63 escudos comparativamente ao valor da menor tarifa de distribuição.

Mesmo com intenso trabalho de reparaçao de fugas e substituiçao de contadores obsoletos por parte da AdSA, o estado da rede de distribuição continuou a afetar o regime de funcionamento da IDAM, tendo sido necessário manter um nível de produção elevado decorrente das elevadas perdas técnicas e comerciais no sistema público.

Em 2025 iniciaram as obras do Projecto de Água e Saneamento da Ilha de Santo Antão, com o cofinanciamento do Governo de Cabo Verde e do BADEA, que entre outras atuaçoes, contempla a construçao de uma nova rede de distribuiçao, bem como uma rede de esgotos e uma estaçao de tratamento das águas residuais. Estas infraestruturas permitirao melhorar o rendimento dos serviços básicos de água e saneamento na cidade do Porto Novo, bem como a sua gestao integrada por parte da AdSA.

O resultado da Empresa no exercício 2025 foi positivo, no valor de 0,72 MECV, decorrente, nomeadamente, da diminuição do consumo e do preço da energia elétrica.

2. Envolvente socioeconómica

O entorno socioeconômico a nível mundial continua muito condicionado pela comunicação social a criar confusão com apenas alguns dos conflitos que estão a provocar instabilidade, com destaque para as guerras na Ucrânia e no Médio Oriente, a proliferação da Inteligência Artificial e a incerteza devido à evolução política dos EEUU e a cada vez mais dominante posição na esfera industrial da China, que continua a protagonizar o maior desenvolvimento económico dos últimos 50 anos.

Cabo Verde mantém o seu crescimento económico alavancado pelo sector do turismo, que permite o crescimento do emprego, da arrecadação de impostos e dos investimentos em todas as áreas. Em 2025, o PIB cresceu 6%, mas a ajuda externa sofreu uma queda de 23% em relação a 2024.

Santiago, São Vicente e Sal, são os responsáveis pela criação de 81,8% da riqueza nacional, sendo que a ilha de Santo Antão contribui com 5,5%, com o turismo a subir e com sectores económicos menos dinâmicos e mais maduros, como a agricultura e pecuária.

Mesmo assim, a emigração tem aumentado a um nível que está a provocar sérios problemas às necessidades do crescimento da economia, bem como a precariedade do transporte, sobretudo marítimo.

O arquipélago terá recebido 1,25 milhões de turistas em 2025, mais 6% interanual, consolidando-se como destino turístico de referência. A Ilha de Santo Antão recebeu 3,5% deste registo, e continua liderando as modalidades de “trecking” e turismo, com Porto Novo como entrada.

Como pequeno Estado insular, Cabo Verde enfrenta desafios climáticos significativos, com impactos profundos na economia, nos meios de subsistência e no bem-estar da população.

Do ponto de vista económico, a transição energética tem o potencial de gerar poupança significativa e já em 2025 verificou-se uma descida das importações de fuelóleo destinado à produção de eletricidade e, concretamente em Santo Antão, em dezembro foi inaugurada uma central solar fotovoltaica de 1,3 MWp de potência instalada, que incrementará significativamente a poupança de combustíveis de origem fóssil na Central Única da Ilha.

Na ilha de Santo Antão, continua o desenvolvimento do sector do turismo, com novas iniciativas no sector dos serviços, como a empresa intermunicipal ÁGUAS DE SANTO ANTÃO e a iminente reabertura da fábrica de cimento CABOCEM, adquirida pelo grupo multinacional CIMPOR.

Porém, a saída de jovens da ilha para emigração no exterior do país continua a aumentar e já está a provocar efeitos preocupantes na falta de mão de obra para novos empreendimentos, pois o número de estabelecimentos hoteleiros continua a aumentar na ilha de Santo Antão, bem como as escalas de cruzeiros no Porto Novo.

A atividade agrícola continuou a sua produção após uma boa época de “azágua” na Ilha de Santo Antão e existem diversos projetos para dinamizar esta atividade a nível industrial, sempre que seja resolvida a questão do transporte para o escoamento dos produtos para as ilhas do Sal e Boavista.

3. Acontecimentos relevantes

JANEIRO

› Devido a uma série de ocorrências na rede elétrica pública, a energia consumida foi autogerada na central elétrica autónoma entre os dias 17 e 24 de janeiro. Neste período, a central elétrica autónoma produziu 10.621 kWh, ou seja, 20% do total mensal.

FEVEREIRO

› No mês de fevereiro, o boletim mensal da APN assinalou 200 edições, informando periodicamente com transparência, as atividades desta infraestrutura produtora de água dessalinizada.

MARÇO

› No dia 22 de março comemorou-se o Dia Mundial da Água 2025 e no dia 25 a IDAM recebeu a visita dos alunos e formadores do curso de controlo de qualidade da água nivel 5 do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

ABRIL

› A AdSA concluiu a implementação do programa informático de faturação denominado AQUAMATRIX, bem como a sua integração no programa de contabilidade PRIMAVERA, facto de essencial relevância pelos seus efeitos na monitorização do volume de água faturado na distribuição em relação ao volume fornecido pela APN.

MAIO

› No dia 29 de maio foi realizada na sala nobre dos Paços do Concelho, a sessão da Assembleia Geral Ordinária de 2025 com 100% do capital social representado. Foram aprovadas as contas do exercício 2024, o XXº da sociedade, que apresentam um balanço de 347,21 MECV, capital próprio de 27,03 MECV e um resultado positivo, no valor de 0,72 MECV, que os acionistas deliberaram aplicar em reservas e em resultados transitados.

JUNHO

› Mediante a Resolução nº 52/2025, o Conselho de Ministros aprovou o Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento 2.0 (PLENAS 2.0) com a visão estratégica para 2030, que `pretende “Universalizar os serviços de abastecimento de água e gestão de águas residuais em Cabo Verde, assegurando eficácia, eficiência, sustentabilidade e valor acrescentado, sem deixar ninguém para trás”.

› No dia 12 de junho teve lugar a apresentação pública do Relatório Anual dos Serviços de Água e Saneamento em Cabo Verde, referente ao ano 2023 (RASAS-CV 2023), no qual constam os principais indicadores de desempenho da APN.

› Em junho, a APN completou 17 anos de concessão em regime B.O.T. (Built, Operate & Transfer) do Sistema de Dessalinização de Água do Mar destinada ao Abastecimento do Município de Porto Novo. Neste período, a IDAM do Porto Novo forneceu 4,29 Hectómetros cúbicos de água potável à rede pública de distribuição e a autotanques.

› Iniciaram as obras de construção do sistema de post-tratamento da IDAM do Porto Novo, que consistirá num processo de remineralização com calcita e, numa segunda fase, no doseamento de gás dióxido de carbono. Com estes processos se pretende equilibrar os parâmetros de PH e Índice de Langelier.

JULHO

› No dia 1 de julho, a sociedade cumpriu 20 anos desde a sua constituição pelos acionistas Estado de Cabo Verde, Câmara Municipal do Porto Novo e Águas de Ponta Preta Lda., sendo a primeira parceria público privada do país, criada para projetar, construir e explorar uma infraestrutura hidráulica destinada a prestar um serviço básico.

› No dia 11 de julho, a APCER realizou a auditoria externa para a renovação anual dos certificados de controlo de qualidade HACCP (Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controlo) e ISSO9001:2015 no âmbito dos serviços de produção de água dessalinizada.

› No dia 22 de julho, uma delegação do Governo de Cabo Verde, chefiada pelo Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Ulisses Correia e Silva, acompanhado do Sr. Ministro da Agricultura e do Ambiente, Dr. Gilberto Silva, do Sr. Ministro do Mar, Eng. Jorge Santos, dos Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Ribeira Grande e de Paul, bem como da Sra. PCA da ANAS, Dra. Marize Gominho, visitaram a IDAM do Porto Novo para assinalar os 20 anos da sua constituição.

AGOSTO

› Na madrugada de 11 de agosto, as ilhas de São Vicente, Santo Antão e São Nicolau, registaram mais de 100 mm de precipitação, resultado da passagem de uma onda tropical que se intensificou num centro de baixa pressão. A cidade de Mindelo, onde caíram 192 mm entre as 00h00 e as 05h00, foi a zona mais afetada, registando 9 mortes e 251 famílias que perderam a quase totalidade dos seus bens, para além de estradas obstruídas, cortes de eletricidade e água, bem como falhas significativas na rede de comunicações móveis. A força das águas arrastou vários veículos até ao mar. Em Porto Novo, a intensidade da chuva provocou uma enxurrada que causou diversos problemas nalgumas vias públicas, acabando por alagar a IDAM na sequencia do colapso das obras de drenagem, realizadas em anos anteriores para aumentar a capacidade, após a unificação das duas ribeiras contiguas, aquando da construção do Estado Municipal. O elevado caudal de águas arrombou os portões da entrada da APN, levantou todo o pavimento das estradas internas e provocou inundações na sala

das unidades dessalinizadoras e na casa de bombas, sem, contudo, atingir os equipamentos eletromecânicos.

› A produção da IDAM teve de ser interrompida por cerca de 24 h no dia 11, por alagamento dos poços de captação de água do mar e danificação de um cabo elétrico. O esforço da equipa operacional permitiu uma rápida limpeza da instalação, a recirculação dos poços para a sua limpeza e a retoma da atividade num espaço de tempo relativamente curto.

› No dia 14 de agosto, uma delegação de avaliação dos impactos da tempestade, formada pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, Engº Victor Coutinho e a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Novo, Arqª. Elisa Pinheiro, visitou a IDAM.

› Foram doados 170 m3 de água à cidade de São Vicente, transportados mediante o navio NRP SINES da marinha portuguesa e camiões autotanque nas linhas regulares de ferry Porto Novo-Mindelo. O principal destino deste volume de água foi o Hospital Regional Dr. Baptista de Sousa e as famílias desalojadas por causa da tragédia do dia 11 de agosto.

SETEMBRO

› Há 20 anos atrás, no dia 2 de setembro de 2005, coincidindo com as comemorações da elevação da Vila de Porto Novo a Cidade, foi realizado o ato de lançamento da 1ª pedra da IDAM do Porto Novo com a presença dos então Primeiro Ministro, Dr. José Maria Neves e do Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, Dr. Amadeu Cruz.

› Pelo 8º ano consecutivo, em setembro a APN conseguiu renovar os certificados de qualidade HACCP (Codex Alimentarius) e ISO9001:2015, após auditoria da APCER.

OUTUBRO

› No dia 15, a empresa SOCADE ENGINEERING SOLUTIONS, realizou uma ação de verificação anual de contadores de água, no âmbito da normativa de controlo de qualidade ISO9001:2015.

› Iniciaram as obras de reparação dos destroços provocados pelas chuvas na madrugada do dia 11 de agosto, que serão financiadas com a indemnização recebida do seguro de responsabilidade civil.

› No BO I Série, nº 103 de 31 de outubro, foi publicada a Retificação/Republicação da Resolução nº 110/2025, do Conselho de Ministros, que autoriza o Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação a realizar as intervenções contempladas no Plano Estratégico de Resposta e Recuperação, destinado à mitigação dos danos provocados pela tempestade tropical de 11 de agosto de 2025. Na listagem de intervenções de Respostas Emergencial e de Recuperação de Infraestruturas está incluída a obra de drenagem junto à empresa “Águas de Porto Novo”, incluindo o calcetamento da zona envolvente, no valor de 2,5 milhões de escudos.

NOVEMBRO

› No DIA 3 DE NOVEMBRO, a IDAM do Porto Novo recebeu a visita do Sr. Presidente da República, Dr. José Maria Neves, no âmbito de uma missão institucional para avaliar os efeitos das chuvas de 11 de agosto nas ilhas de São Vicente e Santo Antão, bem como os trabalhos de reparação do interior da urbanização. A Sra. Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo, Arqª Elisa Pinheiro.

› As obras de reparação dos estragos provocados pelas chuvas da madrugada do dia 11 de agosto, foram concluídas no dia 26 de novembro.

DEZEMBRO

› No dia 3 de dezembro, a IDAM do Porto Novo completou 18 anos da sua inauguração. Neste período, esta infraestrutura hidráulica já produziu 4,53 Hm^3 de água dessalinizada.

Em 2025, o Conselho de Administração reuniu-se numa ocasião, no dia 28 de maio.

4. Evolução da atividade

4.1 Produção de água dessalinizada

A ÁGUAS DE PORTO NOVO S.A. opera uma IDAM com capacidade de produção de 1.000 m^3/dia de água dessalinizada sob o regime de Produtor Independente mediante a licença lavrada pelo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade através do Despacho nº06/2005.

unidade	sistema	Membrana	sist. poupança energia	capacidade (m^3/día)	horas acum.
RO1	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	106.096
RO2	Osmose inversa	DOW FILMTEC SW30HR-380	Kinetic	500	110.693

Tabela 4.1.1 Capacidade instalada

À produção de água são aplicados controlos diários em cumprimento da normativa de controlo de qualidade HACCP (Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controlo), que tem como referência a norma Codex Alimentarios CAC/RCP 1.0, para a qual a APN está certificada.



Os processos de captação de água do mar, elevação à IDAM, alimentação às unidades dessalinizadoras, dessalinização por osmose inversa, post-tratamento, armazenagem e elevação à rede pública são monitorizados por sistema de telecontrolo personalizado, mediante o programa informático SCADA.

Continuaram a ser aplicados os procedimentos de operação e manutenção segundo as especificações da normativa de controlo de qualidade ISO9001:2015, de modo limitado. Foi instalado o sistema de remineralização contemplado no Plano de Investimentos 2025, apesar de que não foi posto em funcionamento até à emissão deste relatório.

Os poços de captação de água do mar, elementos fundamentais no processo de dessalinização, continuaram com bom rendimento e uma reduçao da salinidade, sendo registada apenas uma ocorrencia por sujamento na altura da tempestade ERIM. Apenas se registaram duas ocorrências por ensujamento em dois episodios de chuva.

As obras de drenagem na fachada norte da IDAM, foram insuficientes para escoar o caudal de água de chuva no referido dia 11 de agosto, o que danificou o pavimento da urbanização da parcela técnica e alagou a área exterior aos poços de captação de água do mar.

unidade	horas/ano	nº paragens	disponibilidade	produção (m^3)
RO1	7.040	48	80%	136.329
RO2	8.371	29	96%	151.908

Tabela 4.1.2 Disponibilidade das unidades de osmose inversa

O volume produzido no ano 2025 foi de 288.237 m^3, valor 8% inferior ao volume registado em 2024 e o menor valor dos últimos 6 anos. O volume produzido na IDAM do Porto Novo em 2025 representou aproximadamente 2% do total da dessalinização nacional.

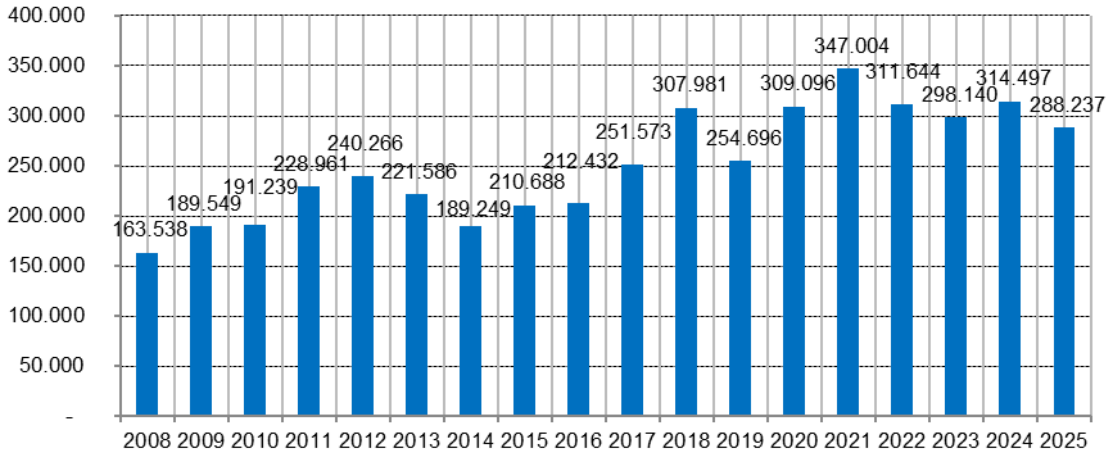


Gráfico 4.1.1 Evolução anual do volume de água dessalinizada produzido na IDAM (m^3)

O caudal médio diário de produção foi de 790 m^3/dia. Com este valor, a taxa de utilização da IDAM diminuiu até aos 79%, superior à média histórica de 69%.

A capacidade dos depósitos de armazenamento de água dessalinizada (2 x 1.000 m^3), que corresponde a uma reserva de praticamente três (3) dias de consumo, permitiu

evitar interrupções no abastecimento. Foram adquiridos componentes para realizar uma operação de manutenção no depósito nº 1.

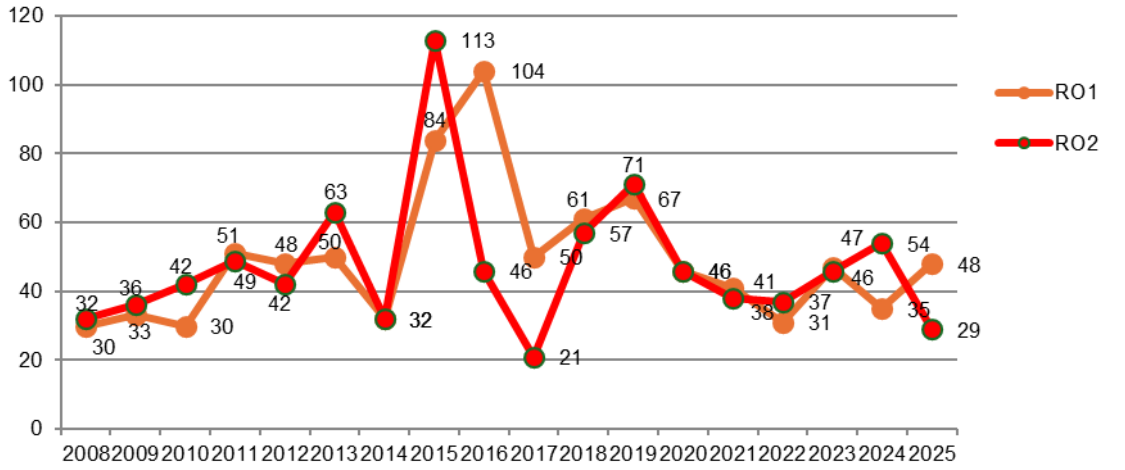


Gráfico 4.1.2 Evolução anual do nº de paragens por unidade dessalinizadora

Foram registadas em média 6,4 paragens/mês, nível inferior comparativamente ao do ano 2024, no qual se tinham registado 7,4 paragens/mês.

4.2 Balanço salino

Em 2025, a salinidade dos poços de captação de água do mar tem diminuído sensivelmente por maior pluviosidade nas áreas das bacias hidrográficas internas da Ilha. Pelos registos obtidos, a salinidade dos poços de captação de água do mar diminuíu 5% em 2025, até um valor de 27,83 mS/cm.

Os valores de salinidade registados nos poços de captação de água do mar mantiveram-se, em média, 47% abaixo dos da água do mar. Confirma-se assim, pelo 18º ano consecutivo, que a bombagem permanente afeta apenas ligeiramente a sua composição físico-química.

A média da condutividade elétrica da água do mar em 2025 foi de 55,66 mS/cm, 5% menor que no ano anterior. O valor deste parâmetro medido no rejeito da IDAM registou 45,75 mS/cm, pelo que se mantém abaixo do registado na água do mar.

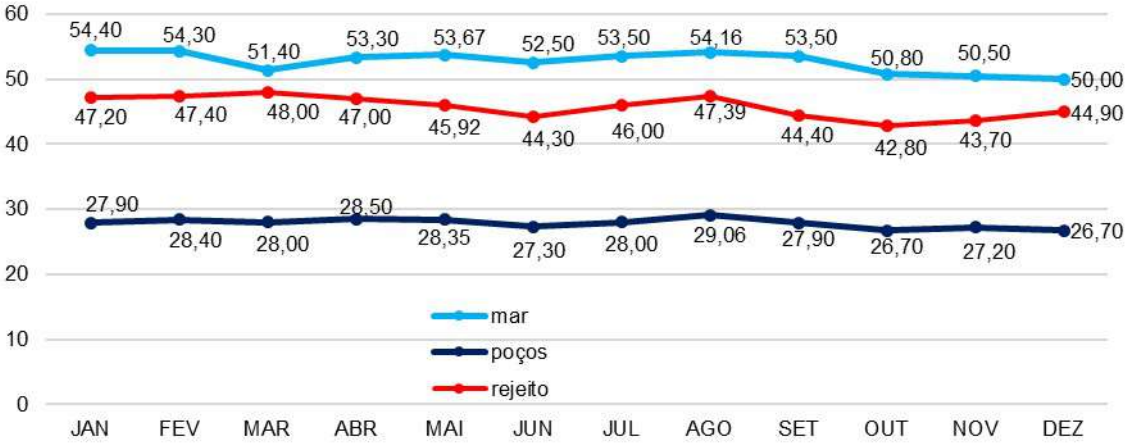


Gráfico 4.2.1 Evolução mensal da salinidade medida em condutividade eléctrica (mS/cm)

A temperatura da água do mar registou uma média de 25,7 ºC, a captada nos poços de 27,1 e a do rejeito do processo de dessalinização foi vertido ao mar a uma temperatura média de 27,4ºC, valores um pouco inferiores aos do ano anterior.



Gráfico 4.2.2 Evolução anual da salinidade medida em conductividade eléctrica (mS/cm)

4.3 Fornecimento de água dessalinizada para distribuição

Em 2025 foi fornecido um volume de 277.660 m^3 à nova empresa intermunicipal, ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A., no seu primeiro ano completo de atividade. Em relação ao ano 2024, regista-se uma descida de 9% no volume fornecido, que pode ter por motivo a diminuição das perdas técnicas e comerciais na rede de distribuição.

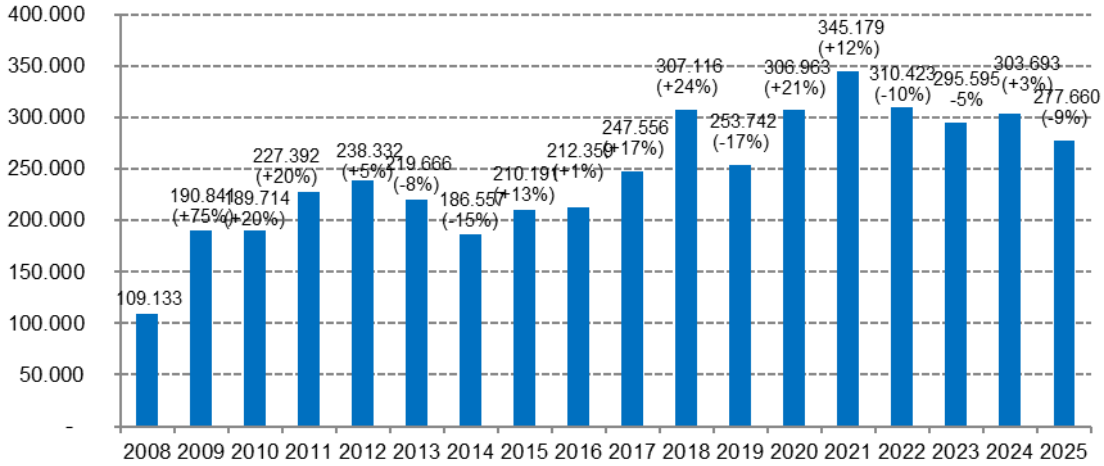


Gráfico 4.3.1 Evolução anual do volume fornecido para distribuição (m^3)[1]

O serviço de abastecimento à rede pública manteve a continuidade no decorrer do exercício, apesar da persistência do elevado volume de perdas técnicas e comerciais na rede pública de distribuição, que desde maio de 2024 se encontra ao cuidado da empresa intermunicipal AdSA

[1] A actividade iniciou em julho de 2008, portanto neste ano o volume corresponde ao 2º Semestre.

Deste modo, em 298 dias de 2025, o fornecimento à rede foi superior aos 600 m^3, contemplado no contrato de compra-venda de água como “take or pay”. Em 46 dias, o fornecimento foi entre 500 e 600 m^3 e apenas em 21 dias foi inferior a 500 m^3.

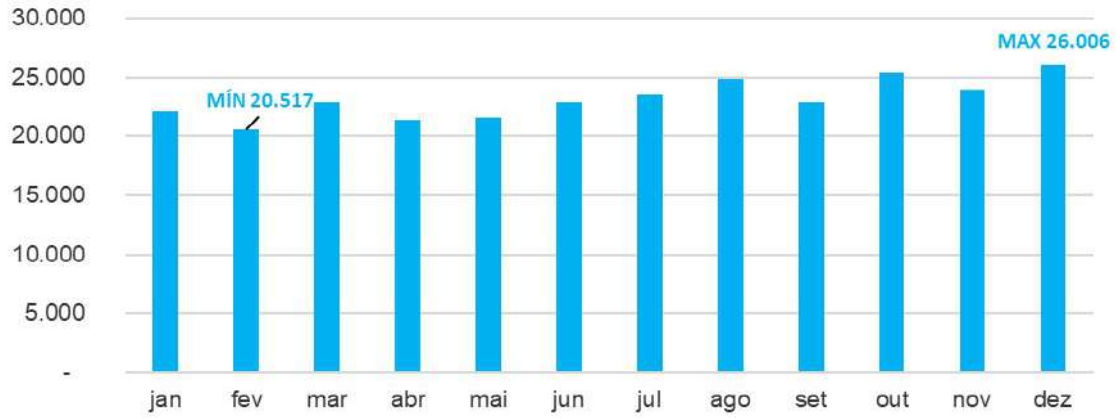


Gráfico 4.3.2 Comparativo mensal do volume fornecido para distribuição (m^3)

Foi atingido um máximo mensal de 26.006 m^3, em dezembro e no mês de fevereiro registou-se o mínimo volume de fornecimento, com 20.517 m^3.

O caudal médio de abastecimento diário situou-se em 760 m^3/dia. Este caudal ultrapassou em 27% o valor “take or pay” constante no contrato de compra-venda (600 m^3/dia) pela décima vez nos dezasete (17) anos de atividade comercial.

AD (m^3)	2025 produção	2025 distribuição	média diária (m^3/dia)
janeiro	23.171	22.153	715
fevereiro	20.588	20.517	733
março	23.161	22.834	737
abril	22.078	21.387	713
maio	23.674	21.589	696
junho	23.552	22.817	761
julho	24.498	23.454	757
agosto	25.702	24.843	801
setembro	23.684	22.870	762
outubro	24.467	25.331	817
novembro	26.960	23.859	795
dezembro	26.702	26.006	839
TOTAL	**288.237**	**277.660**	**760**
m^3/mês	24.020	23.138	
m^3/dia	790	761	
m^3/hab·dia		0,076	

Tabela 4.3.1 Volumes mensais distribuídos (m^3) e média diária

A maior parte do volume de água produzida, 92% do total, foi distribuída mediante bombagem direta ao depósito principal do sistema de distribuição da rede pública, sendo que o volume fornecido em autotanques representou 8% do total. O fornecimento em autotanque aumentou ligeiramente, em relação ao ano anterior. O volume fornecido foi de 20.523 m^3, 4% superior ao valor fornecido em 2024.

fornecimento	vol. ano (m3)	(%)
rede pública	256.380	92%
auto-tanque	21.280	8%

Tabela 4.3.2 Tipo de fornecimento

Registou-se um caudal mensal máximo de 839 m^3/dia no mês de dezembro, e um mínimo de 713 m^3/dia em abril.

Em termos absolutos, o registo diário mais elevado ocorreu no dia 26 de agosto, em que foi fornecido um volume de água à rede pública de 1.200 m^3. Em 2025 houve dois dias sem água na rede pública, concretamente no dia da tempestade ERIN (11 de agosto) e no dia 15 de dezembro, após uma interrupção do fornecimento na rede efetuada pela AdSA para reparação de uma fuga na rede.

Em 2025, o caudal diário fornecido aos autotanques registou uma média de 58 m^3/dia, devido ao melhor funcionamento da rede nas zonas altas da cidade.

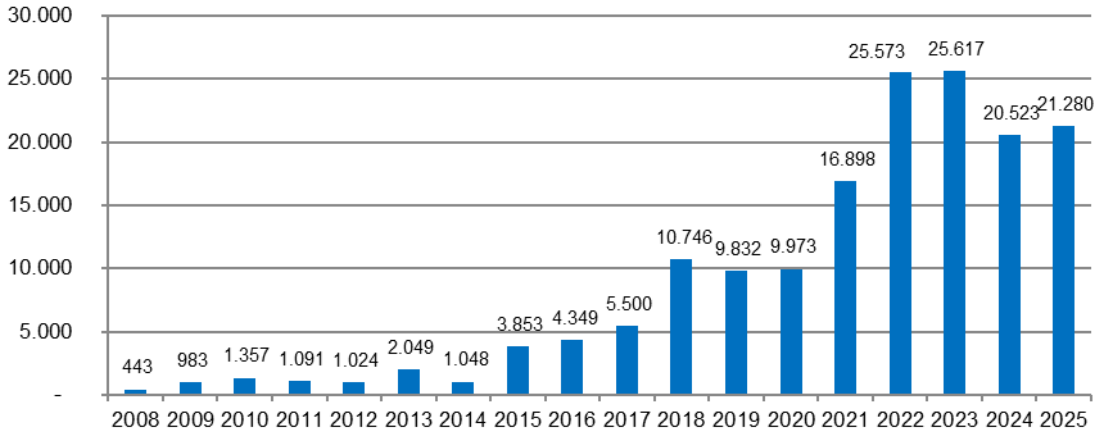


Gráfico 4.3.3 Evolução anual do volume fornecido a auto-tanques (m^3)

5. Consumo de energia elétrica

A APN possui uma licença de Autoprodutor de energia eléctrica, através do Despacho nº 8/2005 do Ministro de Economia, Crescimento e Competitividade. Desde do início da produção, coincidindo com a inauguração, em Dezembro de 2007, até o mês de março de 2018, o fornecimento de energia elétrica da IDAM tinha sido garantido exclusivamente pela Central Elétrica Autónoma, mas a partir dessa data, estabeleceu-se a conexão à rede elétrica pública.

Já em 2021 foram inaugurados um Posto de Transformação de 250 KVA e uma central solar fotovoltaica de 55 kWp, com o objetivo de iniciar a descarbonização no consumo energético da produção de água potável em Porto Novo

Motor	Combustível	Alternador	Potencia (kW)	Potencia aparente (KVA)
VOLVO TAD740	Gasóleo	MECC-ALTE	400 (2x200)	500 (2x250)

Tabela 5.1 Central Eléctrica Autónoma- potência instalada

A potência contratada à ELECTRA, concessionária nacional para a distribuição de energia elétrica, é de 150 kW, e a ligação é constituída por uma linha de cabo de LXHIOE 1X120 mm^2 para unir a IDAM com a Estação Transformadora da zona de Puzolana, e um armário elétrico contendo um comutador e as preceptivas proteções eléctricas.

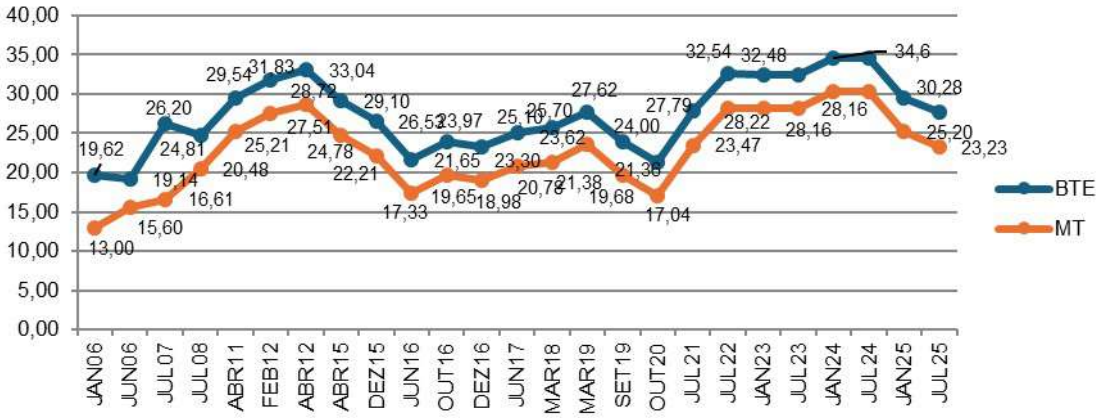


Gráfico 5.1 Evolução dar tarifas de electricidade BTE-MT (CVE/kWh) (sem IVA)

O ano 2024 iniciou-se com um preço de eletricidade de 25,20 CVE/kWh (sem IVA) para a tarifa MT, com uma queda de 17% em relação ao ano anterior e a partir de julho, a ARME determinou uma nova descida até 23,23 CEV/kWh.

No ano de 2025 a energia eléctrica consumida foi de 754 MWh, valor 9% inferior face a 2024. Este valor, representou 4% da demanda de eletricidade do sistema elétrico da Ilha de Santo Antão em 2025 e a IDAM ultrapassa os 12 GWh de energia elétrica consumida desde o inicio da sua actividade comercial em 2008.

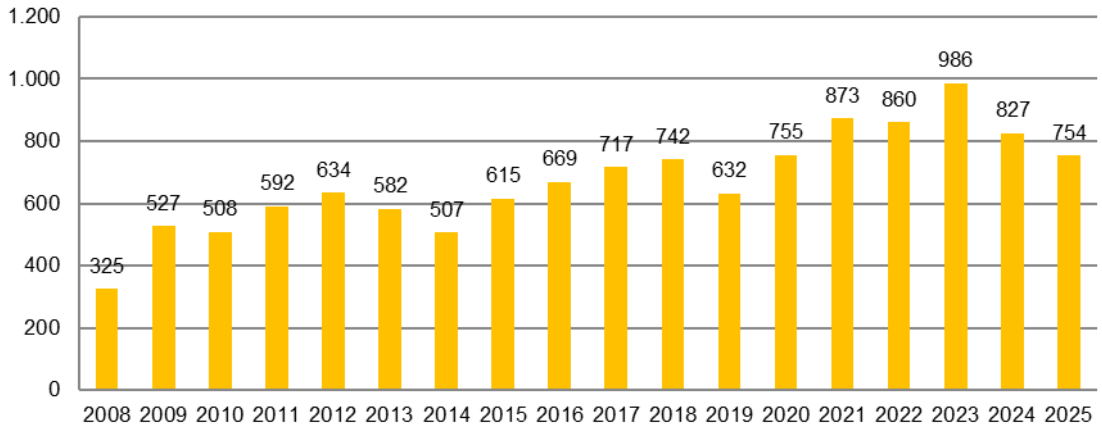


Gráfico 5.1 Evolução anual do consumo de electricidade (MWh)

Do total da energia consumida, 642 MWh (85%) foram importados da rede eléctrica pública, 102 MWh (13%) foram da autogeração com a central solar fotovoltaica e 10 MWh (2%) foram gerados pela central auxiliar diésel, após pedido da EDEC por causa de incidências na central única da ilha de Santo Antão.

O contributo da central solar fotovoltaica da IDAM ao sistema eléctrico da Ilha de Santo Antão foi de 1% e permitiu poupar 24 toneladas de combustíveis fósseis, evitou uma emissão de 75,43 toneladas de gás CO_2 à atmosfera.

No mês de dezembro, registou-se um máximo de consumo de energia eléctrica 71.309 kWh e em fevereiro, o menor com 52.554 kWh.

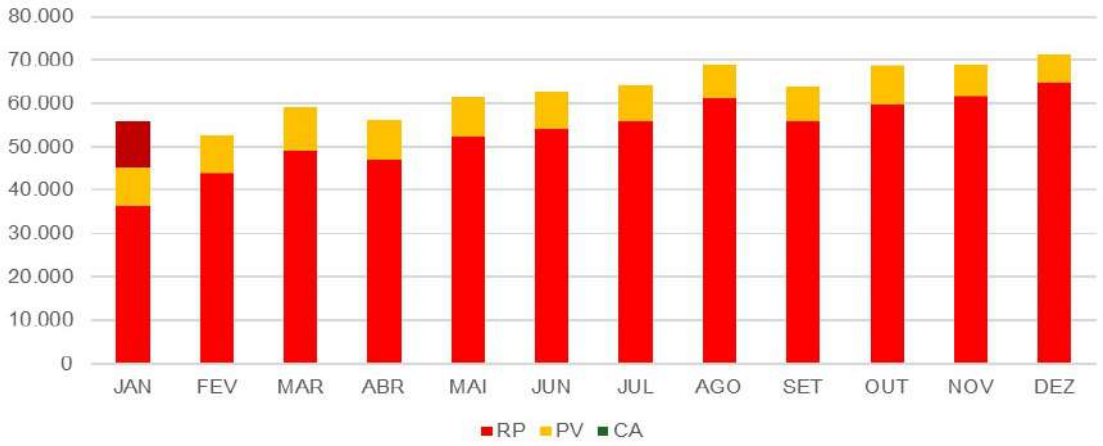


Tabela 5.2 Evolução mensal do abastecimento de energia eléctrica (kWh)

O consumo específico de energia no processo reduziu-se em 2%, até 2,60 kWh/m^3, devido ao efeito da substituição das membranas de osmoses inversa das duas unidades dessalinizadoras, RO1 e RO2, em 2023 e 2024, respetivamente, bem como da diminuição de 5% na salinidade dos poços de captação de água do mar.



Gráfico 5.2 Consumo de energia eléctrica mensal (MWh)

O maior consumo de eletricidade registou-se no processo de osmose inversa, que com 499 MWh representou 66% do total consumido, seguido das bombas de alimentação e serviços auxiliares com 115 MWh (15%), do grupo de bombagem ao depósito de distribuição da Câmara Municipal com 68 MWh (9%) e das bombas dos poços de captação de água do mar com 72 MWh, totalizando 10%.

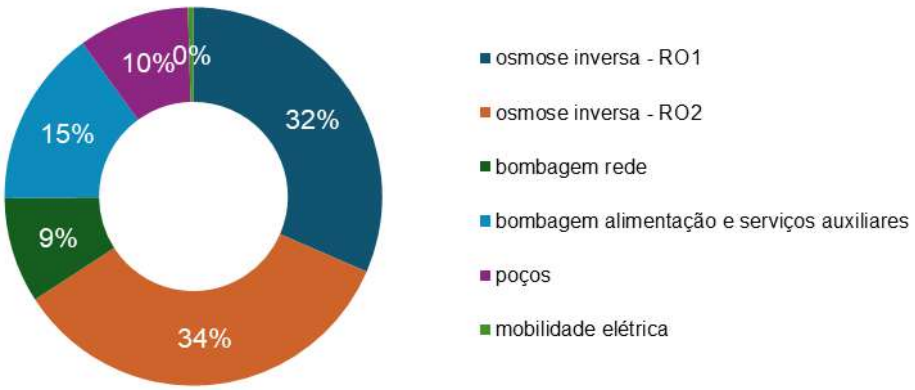


Gráfico 5.3 Distribuição dos consumos de energia eléctrica na IDAM em 2025

De referir que também é incluído no registo de consumos, o abastecimento ao Posto de Recarga de viaturas elétricas da IDAM, que forneceu 3.486 kWh (+55% interanual) em 2025. Para efeitos estatísticos, este valor foi deduzido dos parâmetros referidos neste capítulo.

Em 2025 o consumo de gasóleo foi de 3.000 lt, face aos 200 lt do ano anterior. Este volume destinou-se à operaçao da central diesel autónoma a pedido da EDEC no mês de janeiro e aos arranques de manutenção dos grupos geradores.

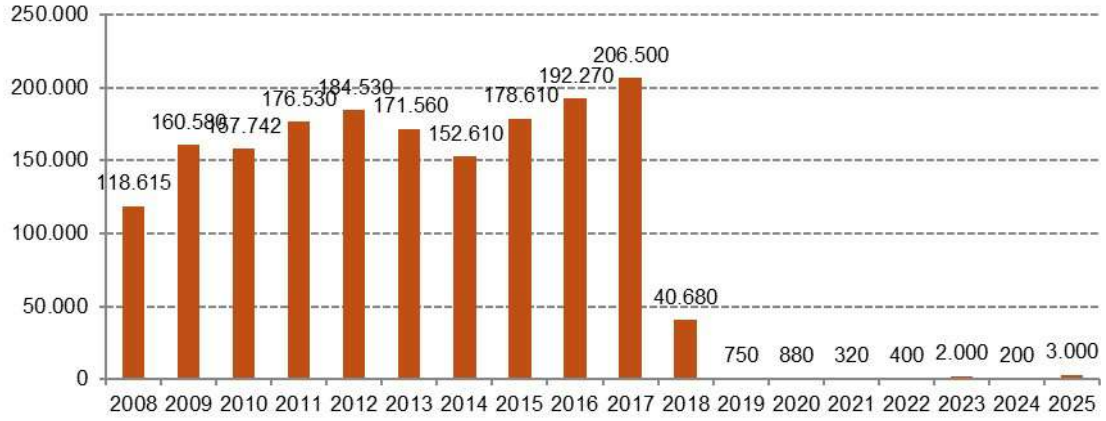


Gráfico 5.4 Evolução anual do consumo anual de combustível gasóleo (lt)

6. Dados Económico-Financeiros

6.1 Actividade comercial

Desde o mês de maio de 2024, o cliente passou a ser a AdSA, em substituição da Câmara Municipal do Porto Novo. Assim, 2025 foi o primeiro exercício completo com a AdSA como único cliente.

Em 2025, o caudal médio diário situou-se nos 760 m^3/dia, superando em 27% o caudal do "take or pay" de 600 m^3/dia, estabelecido no contrato de compra-venda de água dessalinizada, celebrado entre a Câmara Municipal do Porto Novo e a APN em 2008 e que continuou em vigor com a AdSA, cuja relação contratual não foi atualizada no exercício em apreço.

Em 2025 não houve alterações nos parâmetros do modelo tarifário para a produção de água dessalinizada por parte da Agência Reguladora Multissectorial da Economia (ARME), sendo que a última atualização data de 12 de Julho de 2019.

A menor demanda provocou um aumento do preço de produção da água dessalinizada em cerca dos 6% interanual, aumentando até os 182 CVE/m^3, o que representa um incremento de 10 CVE em termos absolutos.

O preço médio de produção de água dessalinizada continuou a representar um valor inferior comparativamente ao 1º nível do escalão doméstico (245,2 CVE/m^3) para a atividade de distribuição, apresentando uma margem de 63 CVE/m^3 (26%).

A evolução histórica do preço de produção de água dessalinizada na IDAM do Porto Novo evidencia uma redução gradual em relação aos valores registados nos primeiros anos de actividade. O valor médio obtido no ano 2025 apresenta uma queda de 29% em relação ao preço praticado no primeiro ano de actividade comercial (**Gráfico 6.1.1**), mesmo com preços de energia bastantes superiores aos praticados no contexto atual.

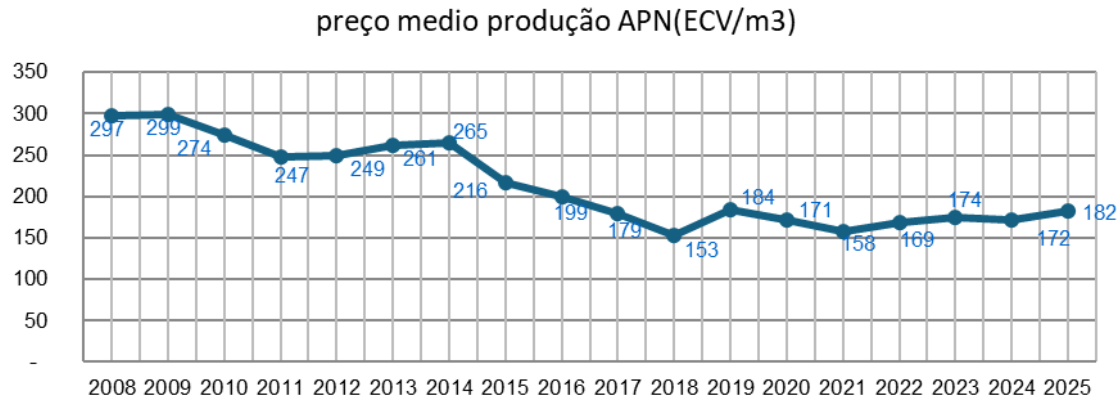


Gráfico 6.1.1 Evolução do preço líquido (sem I.V.A.) de produção de água dessalinizada (CVE/m^3)

No mês de maio, verificou-se o maior preço, no valor de 193 CVE/m^3, enquanto o menor preço registou-se em dezembro, no valor de 170 CVE/m^3.

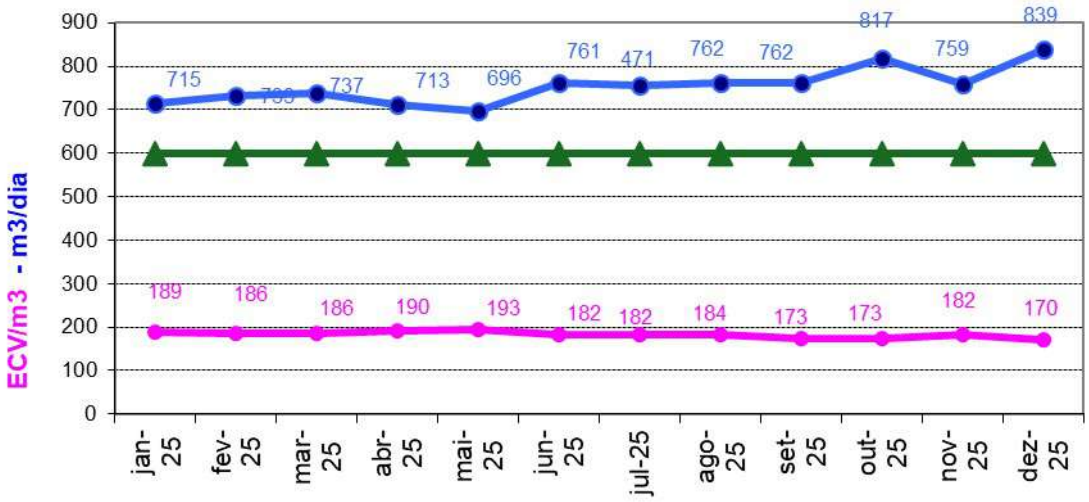


Gráfico 6.1.2. Preço neto médio mensal / caudal médio diário

O volume de negócio em 2024, foi de 52.995 mECV (+1%), dos quais 50.306 mECV resultantes da venda de água e o restante, 2.680 mECV, de outros rendimentos e ganhos. Destes, 86 mECV correspondente à venda de electricidade (3.846 kWh) à empresa de mobilidade elétrica, TECV, gestora do Posto de Recarga de Viaturas Elétricas da IDAM.

Deste modo, o valor pendente em dívida acumulado no final do Ano Económico 2025 ascende a 266.138 mECV. Esta dívida está a ser tratada nos termos do estabelecido no ponto a) i. do Artigo 3º da Resolução nº/90/2020 do Conselho de Ministros, que Cria um Grupo de Trabalho para implementar as medidas que visam a instalação da Empresa Intermunicipal Águas de Santo Antão S.A.

Em relação à AdSA, com os procedimentos operacionais em processo de implementação e com infraestruturas de distribuição obsoletas, é de referir que a situação não se alterou em relação ao período com a Câmara Municipal do Porto Novo Por conseguinte, a faturação de 2025, ascendeu a 54.332 mECV, dos quais foram recebidos apenas 26.241 mECV, ou seja cerca de 48% do total. No ano anterior, este parâmetro tinha ficado em 42%.

Em definitivo, no final do exercício 2025, o valor total da dívida dos clientes ascende a 315.902 mECV, isto é, 9 % mais que no anterior exercício.

Para manter a infraestrutura operacional, o défice de tesouraria foi garantida por empréstimos do acionista APP, no valor total de 22.661 mECV no decurso do ano 2025.

6.2 Evolução do Balanço

O Balanço Analítico, a 31 de dezembro de 2025, apresenta um Ativo Líquido de **362.799.986** ECV e um Capital Próprio de **27.748.127** ECV.

No que diz respeito ao activo corrente, esta rubrica continua muito condicionada pelo contínuo aumento anual da dívida do único cliente, a ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A.

O resultado positivo (720.581 ECV) provocou a recuperação dos Capitais Próprios em 7%, registando 27.748 mECV, o que representa 63% do capital social.

Por sua vez, o Passivo Total aumentou 4%, até 335.051 mECV por incremento dos suprimentos do acionista APP. Em relação à dívida junto da Agência Nacional da Água e Saneamento (ANAS), que no decorrer do período da pandemia COVID-19 tinha aumentado consideravelmente, continua elevada (3.250 mECV) mas no exercício 2025 registou uma redução de 23%.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	2025	2024	var
Activo	**362.799.986**	**347.212.423**	**+4%**
Activos Fixos Intangíveis	42.181.095	47.741.173	-11%
Investimentos em curso	838.857		--
Participações financeiras	--	5.000.000	--
Activo Não Corrente	43.019.952	52.741.173	-18%
Inventários	231.833	1.800.403	-24%
Clientes	315.902.759	288.780.510	+9%
Adiantamentos a fornecedores	36.225	36.225	--
Estado e Outros Entes Públicos	1.925.803	1.772.886	+12%
Outras Contas a Receber	1.449.159	1.443.159	--
Diferimentos	46.761		--
Caixa e Depósitos Bancários	197.494	688.067	-71%
Activo Corrente	319.780.034	294.471.250	9%
Passivo	**362.799.986**	**347.212.423**	**+%**
Capital realizado	44.000.000	44.000.000	--
Reservas legais	946.772	862.799	+10%
Outras variações no capital próprio	-1.806.655	-1.806.655	--
Resultados transitados	-16.112.571	-17.708.655	-9%
Resultado líquido do período	720.581	1.679.448	-57%
Capital Próprio	27.748.127	27.027.546	+3%
Passivo Não Corrente	238.105.856	238.723.118	+8%
Passivo Corrente	76.746.003	81.461.759	-6%
Total do Passivo	335.051.859	347.212.423	+4%

6.3 Conta de Resultados

O volume de negócios atingiu **52.987.056 ECV**, tendo registado um incremento de 1% em relação ao ano anterior. A *Venda* de água diminuiu em 3% (50.306.492 ECV) e os termos da tarifa não foram alterados, mas aumentou a rubrica de *Outros rendimentos e ganhos*, designadamente na indemnização pelos danos causado pela tempestade ERIM (2.375.000 ECV) e na venda de eletricidade através do posto de carregamento de viaturas elétricas (99.099 ECV).

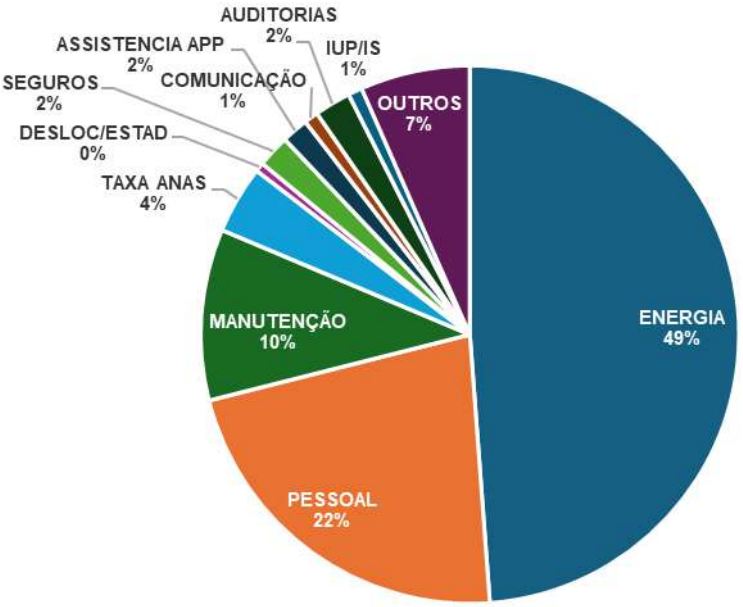


Gráfico 6.3.1. Distribuição dos custos operacionais em 2025 (%)

Impulsionado pelos menores custos energéticos, o Resultado Bruto (EBITDA) aumentou em 40% interanual, até 14.904 mECV.

CONTA DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	2025	2024	var
RECEITAS	**52.987.056**	**52.279.838**	**+1%**
CUSTOS FIXOS+VARIÁVEIS	38.083.003	41.638.585	-9%
Resultado Bruto (EBITDA)	**14.904.053**	**10.641.253**	**+37%**
Amortizações	5.560.078	6.009.675	-8%
Resultado A.D.F. (EBIT)	**9.343.975**	**4.631.578**	**-6%**
Despesas financeiras (inclui imparidade AdSA)	7.438.107	2.709.064	+175%
Resultado Antes de Imposto	**1.905.868**	**1.922.514**	**-1%**
Imposto sobre o rendimento	-1.185.287	-243.066	+387%
Resultado Líquido	**720.581**	**1.679.448**	**-57%**

O maior custo operacional da IDAM continua a ser a energia eléctrica, sendo então o maior fornecedor a EDEC (EMPRESA DISTRIBUIDORA DE ELECTRICIDADE DE CABO VERDE S.A.U.) e também neste exercício foi preciso recorrer à central elétrica autonóma no mês de janeiro, por indisponibilidade de potência na rede pública. Deste modo, o fornecedor de combustível ENACOL foi responsável por 5% em 2025.

Em 2025, as despesas com aquisição de energia ascenderam a 17.604 mECV, atingindo 24% abaixo do valor registado em 2024 e representando 60% do total dos custos operacionais. Para além do menor consumo de energia elétrica (-9%), o preço da eletricidade diminuiu 17% em janeiro e 8% em julho.

O consumo de energia eléctrica da IDAM foi menor pela substituição das membranas de osmose inversa e pela diminuição da salinidade. No seu quarto ano completo de funcionamento, a central solar fotovoltaica poupou a aquisição de 102 MWh à Rede Pública, 13% do total. Em termos económicos, esta poupança se traduz num custo de eletricidade evitado de 2.467 mECV.

Os custos com o pessoal ascenderam a 8.471.939 ECV, 13% a mais que em 2024, decorrente, nomeadamente, do aumento salarial anual de 2% e do maior número de horas extras realizadas, decorrente das necessidades inerentes aos efeitos da tempestade ERIM e diversos trabalhos para a empresa de distribuição AdSA. O terceiro maior custo tem a haver com a manutenção, que em 2025 ascendeu a 3.921.582 ECV.

A taxa de extração determinada pela ANAS para a utilização do recurso dos poços de captação, continua no quarto lugar por ordem de dimensão. Em 2025, totalizou 1.552.350 ECV, 2% mais em comparação ao ano de 2024.

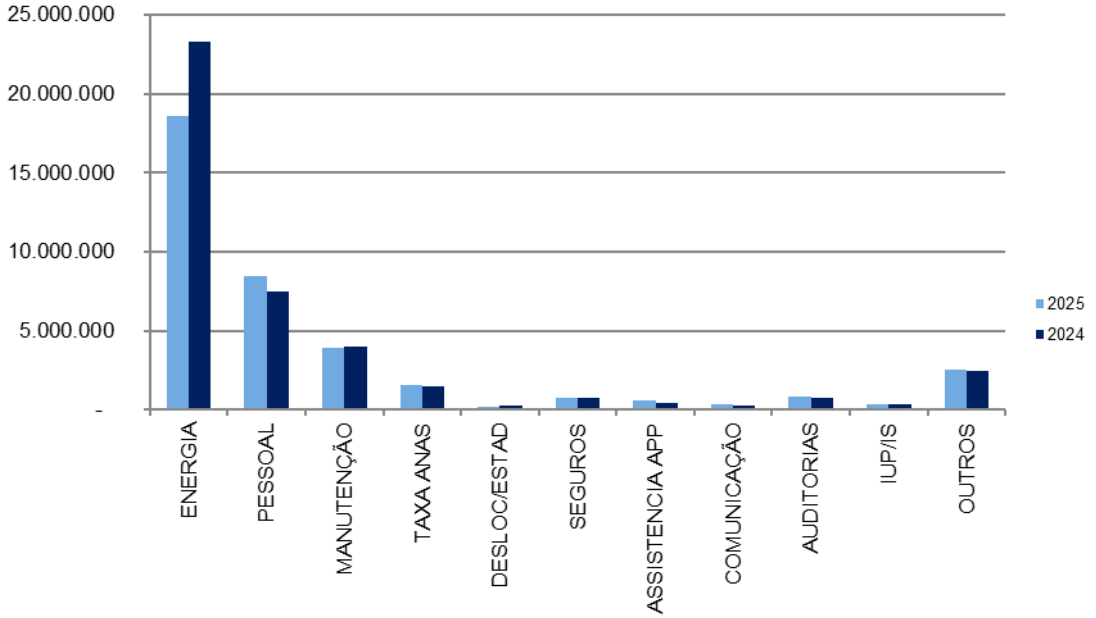


Gráfico 6.3.2. Distribuição dos custos operacionais em 2025 (ECV)

As Depreciações diminuíram em 7% e os juros bancários suportados também diminuíram em 10%, até ao valor de 2.438.107 ECV, pela progressiva amortização dos empréstimos bancários junto do BCN.

De todo modo, foi preciso registar uma imparidade pelos resultados negativos da participada Águas de Santo Antão (AdSA), nos exercícios 2024 e 2025, no valor máximo do valor do investimento, ou seja, 5 milhões de escudos. Esta imparidade reduziu o Resultado Antes de Impostos até 1.905.868 ECV, 1% inferior interanual, mas sem este detalhe, o resultado teria sido de 6.905.868 ECV.

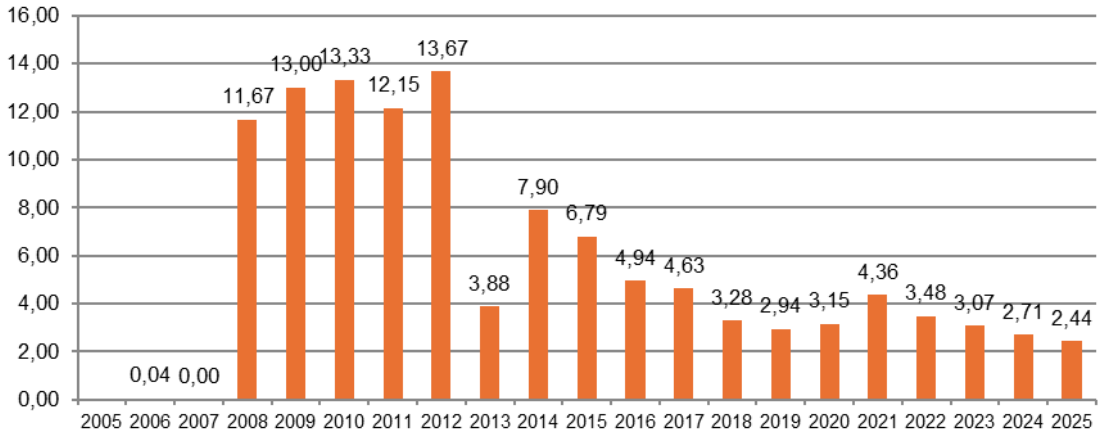
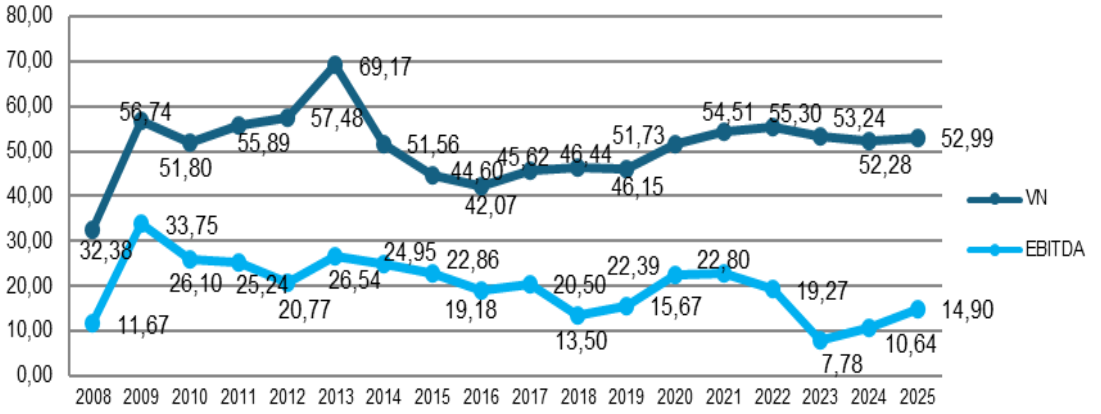


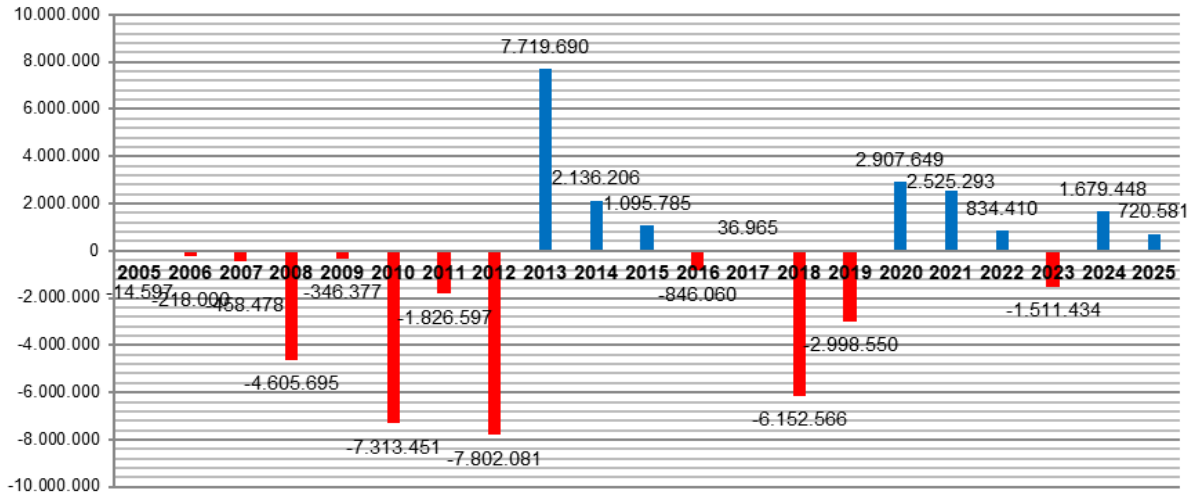
Gráfico 6.3.3. Evolução das despesas financeiras (milhões de escudos)

Perante este cenário, o desempenho econômico-financeiro da empresa traduziu-se num resultado líquido positivo no montante de 720.581 ECV, 57% inferior ao de 2024.



Gráfica 6.3.4. Evolução anual do volume de negócio e do EBITDA (milhões de ECV)

A redução dos custos energéticos e de manutenção, permitiram absorver a imparidade do investimento na AdSA e manter os resultados positivos no exercício 2025.



Gráfica 6.3.5. Evolução do resultado anual (ECV)

6.4 Proposta de aplicação de resultados

Conforme o exposto no ponto anterior, o resultado líquido apurado do exercício foi positivo no montante de **ECV 720.581$00 (Setecentos e Vinte Mil Quinhentos Oitenta e Um escudos)**, cuja proposta de distribuição se detalha na tabela a seguir:

Conceito	Valor (CV)
Reserva Legal (5%)	36.029
Resultados Transitados (95%)	684.552
Total Resultado 2020	**720.581**

O valor da rubrica "Resultados Transitados" é negativo em 16.112.571 ECV em 2025.

6.5 Créditos subscritos

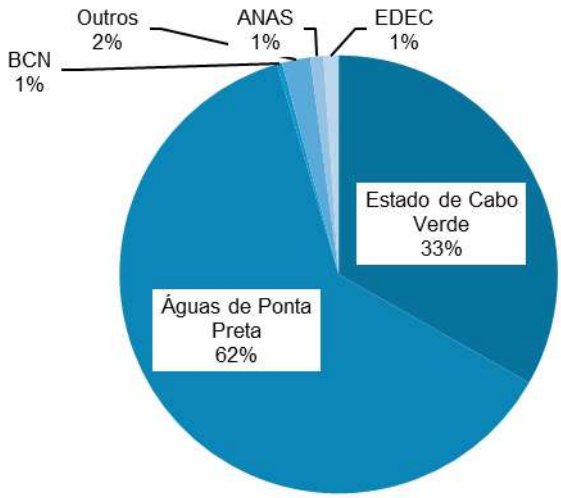
Em 2025 não foi possível amortizar qualquer prestação no capital pendente do empréstimo contraído junto da *Direção Geral do Tesouro* (DGT). No fim do exercício encontram-se pendentes 96.472.720 ECV deste financiamento, cujo valor contratado inicialmente ascendeu a 167.368.426 ECV, dos quais já foram amortizados 70.895.707 ECV. Com referência a 31 de dezembro, trinta e seis (36) prestações mensais deste empréstimo encontram-se vencidas por falta de tesouraria.

O período de amortização era de trinta e seis (36) meses e a taxa de juros aplicada fixou-se em 1,5%.

Adicionalmente, e devido ao persistente défice de tesouraria, para manter a IDAM em atividade, o acionista APP continuou a injetar suprimentos no valor de 20.661.154 ECV em 2025. Relativamente ao financiamento na modalidade "Crédito Rendas-Empresa Investimento" contratado em maio 2021, junto do BCN no valor de 13.000.000 ECV com 60 meses de período de reembolso e uma taxa de juros de 7,5%, no final de 2025 o saldo deste empréstimo ascendia a 1.278.416 ECV. Este financiamento tem como garantia uma livrança em branco subscrita e avalizada pelo acionista APP, Lda.

No fecho do exercício o valor acumulado dos suprimentos da APP eleva-se a 161.633.136 ECV. A uma parte destes suprimentos (51.045.127 ECV) é aplicada uma taxa de 1,5%, equivalente à taxa aplicada pela *Direção Geral do Tesouro* (DGT) no acima referido empréstimo de investimento.

Com recurso à indemnização da seguradora referente ao sinistro ocorrido com viatura em novembro 2021, procedeu-se à liquidação antecipada do empréstimo na modalidade "Crédito Rendas-Automóvel", que tinha sido contratado em marco 2021. Em 18 de julho 2022, a empresa voltou a contratar, junto do BCN, financiamento sob a forma de Crédito Rendas - Automóvel, com finalidade exclusiva de substituição da viatura acidentada. O montante do empréstimo contratado ascendeu 2.352.252 ECV, com uma maturidade de 3 anos, correspondente a 36 rendas mensais, no valor de 70.609 ECV, com uma periodicidade de juros mensais, sobre o qual se aplica uma taxa de juro anual fixa de 8%. No mês de agosto foi liquidado.



Gráfica 6.5.1. Estrutura do Passivo da APN 2025

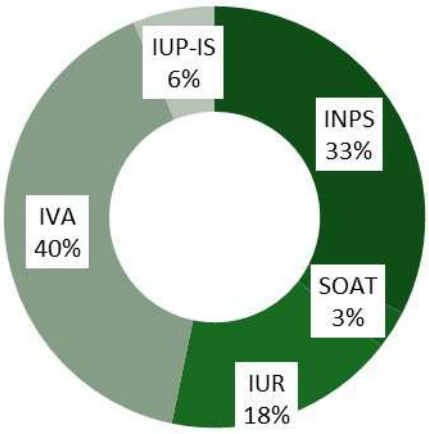
6.6 Contributo fiscal

O contributo fiscal da atividade desenvolvida pela APN no exercício 2025 ascendeu a 5.148.658 ECV, valor que corresponde a um aumento de 42% em relação ao exercício anterior, básicamente pelo aumento do Imposto sobre o Valor Acrescentado e também pelo pagamento fracionado do imposto sobre os lucros.

Contributo Fiscal	2025	2024
Previdência Social e Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho	1.673.484	1.458.623
SOAT	153.152	142.549
Imposto Único sobre o Rendimento	916.134	465.699
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.083.398	1.225.181
Imposto Único sobre o Património-Imposto de Selo	322.490	332.920
TOTAL	**5.148.658**	**3.624.972**

Tabela 6.6. Relação de impostos pagos

A Agência Reguladora Multissetorial da Economia (ARME), manteve a taxa do I.V.A. nos 8% nas tarifas de eletricidade e água, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2022.



Gráfica 6.6.1. Distribuição de impostos pagos pela APN em 2025

6.7 Seguros contratados

Em virtude do estabelecido no artigo vigésimo do contrato de concessão (BO III Série, nº 7, de 15 de fevereiro de 2008) a Sociedade tem contratado, pelo valor anual de 743.581 ECV, os seguros detalhados na tabela a seguir.

Tipo	Prêmio anual (ECV)	Companhia
Multirisco IDAM	198.866	GARANTIA
Multirisco Posto Transfor/Central Solar Fotovoltaica	40.275	IMPAR
Responsabilidade Civil	362.288	GARANTIA
Viaturas	142.152	IMPAR

Tabela 6.7. Relação de seguros contratados

Foi ativado o Seguro de Responsabiliade Civil no mês de agosto, após os efeitos da tempestade ERIM. Os danos causados na IDAM pela enxurrada, foram avaliados pela companhia de seguros em 2,2 MECV e foram integramente dedicados aos trabalhos de recuperaçao do pavimento das ruas interiores.

6.8 Remuneração dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados.

No dia 4 de abril de 2018, o Conselho de Administração aprovou a aplicação de uma senha de presença de 5.000 ECV (cinco mil escudos) aos administradores participantes em cada reunião.

7. Recursos Humanos

A estrutura operacional da IDAM é formada por **10** pessoas com a distribuição que se pode observar na **tabela 7.1**. A média de idade situa-se nos **43** anos.

	Nome	Função	Idade	Antiguidade
1	Jailton Cabral dos Santos	Responsável da IDAM	42	2008
2	Anselmo Ramos Fortes	Operador de máquinas	44	2007
3	Sesaltino Fortes Andrade	Operador de máquinas	38	2007
4	Fernando Gomes Rodrigues	Operador de máquinas	42	2007
5	Ligia Maria Gomes Victória	Serviços de limpeza	39	2007
6	Elton Jorge dos Reis	Operador de máquinas	37	2018
7	Alexsandro Fortes Rodrigues	Operador de máquinas	32	2022
8	Nelson das Dores Rodrigues	Operador de máquinas/eletricista	51	2023
9	Antão da Cruz Lima	Guarda Noturno	46	2023
10	Roberto da Graça do Rosário	Guarda Noturno	53	2023

Tabela 7.1. Relação dos funcionários da IDAM

género	nº
homens	**9**
mulheres	1
total	**10**

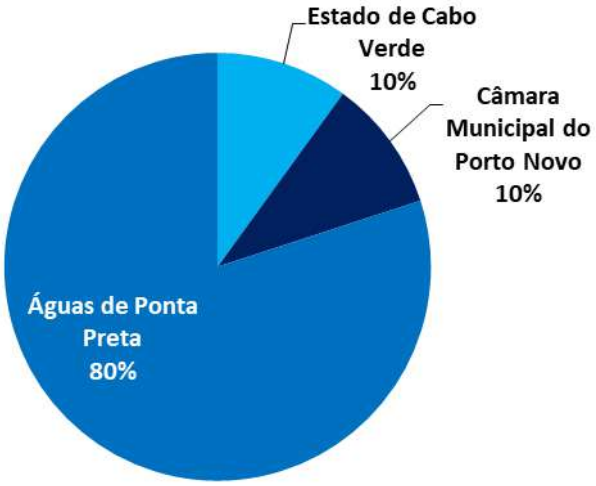
Tabela 7.2. Distribuição dos funcionários por género

O funcionário Anselmo Fortes participou numa formação de segurança alimentar HACCP.

A gestão da sociedade é complementada com a estrutura operacional do acionista Águas de Ponta Preta Lda.

8. Dados da sociedade

8.1. Estrutura acionista



Accionista	Nº acções	Valor nominal (Escudos)
Estado de Cabo Verde	2.200	4.400.000
Câmara Municipal do Porto Novo	2.200	4.400.000
Águas de Ponta Preta Lda	17.600	35.200.000
TOTAL	**22.000**	**44.000.000**

Data de Constituição da Sociedade ► 1 de Julho de 2005
Inicio Actividade ► 1 de Julho de 2008

8.2 Órgãos sociais

8.2.1 Mesa da Assembleia Geral

Presidente → Estado de Cabo Verde (**Hernany Brito dos Santos**)
Secretário → Águas de Ponta Preta Lda. **(Flávio de Oliveira Santos**)

8.2.2 Conselho de Administração

Presidente → Norberto Larriba Blay (**APP LDA**)
Administrador → Ángel Teno Santos (**APP LDA**)
Administrador → Damià Pujol Alibés (**APP LDA**)
Administrador → Jaqueline Pina (**Estado de Cabo Verde**)
Administrador → Celso Medina Santos (**Câmara M. do Porto Novo**)

8.2.3 Conselho Fiscal

Fiscal Único → BDO - Auditoria, Impostos e Consultoria

9. Projectos Complementares

A Sociedade concentra as atividades em responsabilidade social na população das zonas rurais do município do Porto Novo e, em parceria com a APP, a APN continuou a prestar apoio na monitorização e em diversas ações de cariz social nas aldeias de Monte Trigo e Tarrafal de Monte Trigo, denominado SESAM-ER (Serviço Energético Sustentável para Povoações Rurais Isoladas mediante Micro-redes com Energias Renováveis na Ilha de Santo Antão).

De todas as atuações abrangidas pelo SESAM-ER, que conseguiram proporcionar eletricidade contínua a 1.200 pessoas, o sistema elétrico de Monte Trigo converteu-se no mais emblemático. Graças à central solar fotovoltaica instalada em 2012, Monte Trigo foi a primeira localidade do país a ter o serviço elétrico assegurado na totalidade por energias renováveis.

No mês de fevereiro, a Central Fotovoltaica de Monte Trigo cumpriu 13 anos de funcionamento. Durante este período, a Central produziu 488 MWh, evitando o consumo de 143.594 litros de gasóleo e a emissão de 379 toneladas de gás CO_2 para a atmosfera. Estes resultados representam as mudanças socioeconómicas numa aldeia piscatória híper-isolada, com 275 habitantes, até ao ponto de ter atingido o limite da capacidade técnica do sistema eléctrico.

No ano 2024 iniciou-se uma nova etapa neste projecto, desta vez com o Governo de Cabo Verde, a GEF-UNIDO, a Câmara Municipal do Porto Novo, a APP e a APN, para aumentar a capacidade do sistema elétrico de Monte Trigo e introduzir a dessalinizaçao para abastecimento de água potável. No mês de fevereiro iniciaram-se as obras deste projeto.



Simultaneamente, o projeto de “Reforço do Acesso à Energia Sustentável para Impulsionar Atividades Geradoras de Rendimento”, implementado em Monte Trigo em 2020, e gerido pela Associação AGRIPESCA, continuou a funcionar em 2025. A Casa de Gelo produziu 50 toneladas de gelo para atividade piscatória, com 12 MWh de energia eléctrica 100% renovável, comprovando a sustentabilidade deste projecto, e potencializando igualmente empoderamento das mulheres da aldeia.

10. Evolução previsível da sociedade

O futuro da sociedade continua condicionado à evolução do projeto ÁGUAS DE SANTO ANTÃO S.A. (AdSA), que iniciou a sua actividade em maio de 2024. Trata-se do único cliente da APN, que em 2025 forneceu 30% do volume de água abastecido em toda a Ilha.

Esta parceria pública privada está a assumir a gestão do ciclo integral da água na Ilha de Santo Antão e tem o ambicioso plano estratégico de renovar e construir novas infraestruturas hidráulicas para garantir a continuidade nos serviços básicos de água e saneamento.

O decorrer das obras das novas redes de água e saneamento das águas residuais na cidade do Porto Novo, cujo término está previsto para fim de 2026, permitirão um melhor aproveitamento da água dessalinizada e favorecerá o desempenho comercial para regularizar progressivamente o crónico défice de tesouraria da APN.

Para além da operacionalização da sociedade, a Resolução nº 90/2020, estabelece a participação da APN como parceiro estratégico para fazer a gestão do ciclo integral da água na cidade, sendo que na Assembleia Geral Ordinária de 2019 já tinha sido aprovada uma alteração dos estatutos da sociedade, incluindo a distribuição de água potável e o saneamento das águas residuais no seu objeto social, com os votos favoráveis dos acionistas Estado e Câmara Municipal do Porto Novo.

Ainda existem expectativas acerca da Resolução nº 90/2020, e já foram feitos diversos contactos com o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial para definir uma estratégia de saneamento da dívida triangular entre a Câmara Municipal do Porto Novo, a Águas de Porto Novo e o Estado/Tesouro, pelo que é expectável uma reestruturação patrimonial da empresa decorrente desta operação.

Com o investimento no sistema de remineralização, a qualidade da água dessalinizada atingirá os máximos padrões de qualidade organolética e favorecerá a sua utilização em outros usos.

Dezoito anos após a sua inauguração, a IDAM do Porto Novo mantém a totalidade da capacidade produtiva e, ao longo dos anos, tem amostrado resistência perante as dificultades e tem evoluído garantindo o serviço prestado, na procura da excelência na qualidade da água potável, na digitalização dos processos e na integração das energias renováveis para a converter numa infraestrutura hidráulica eficiente, útil para os portonovenses e preparada para absorver as novas tecnologias de futuro.

11. Acontecimentos posteriores ao fecho do exercício

No dia 1 de janeiro de 2026, a Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME) publicou as novas tarifas de electricidade a nivel nacional e tarifa Média Tensão diminuiu em 8%, passando de 23,38 ECV/kWh para 21,38 ECV/kWh.

Porto Novo, 30 de março de 2026

O Conselho de Administração

ANEXO 1. DOSSIER FOTOGRÁFICO



Vista aérea da cidade do Porto Novo



Vista aérea do centro da cidade do Porto Novo



Equipa operacional da IDAM do Porto Novo



Sala de Bombas da IDAM



Sala de máquinas da IDAM



Visita da Delegação Governamental no dia 22 de julho



Construção da base do sistema de remineralização



Efeitos da tempestade tropical ERIM



Efeitos da tempestade tropical ERIM



Efeitos da tempestade tropical ERIM



Efeitos da tempestade tropical ERIM



Efeitos da tempestade tropical ERIM



Efeitos da tempestade tropical ERIM



Transporte de água à ilha de São Vicente



Trabalhos de reparação das calçadas interiores após tempestade ERIM



Visita da Presidência da República e da Presidência da Câmara Municipal



IDAM com as ruas interiores já reparadas



Construção do sistema de remineralização



Central Solar Fotovoltaica de 1,3 MW em Porto Novo

ANEXO 2. BALANÇO ANALÍTICO

ANEXO 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO 4. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO 5. PARECER DO FISCAL UNICO

ANEXO 6. PARECER DO AUDITOR

Tel: +238 991 53 19
www.bdo.cv
CP 63 - Praia
Cabo Verde

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, como Fiscal Único, acompanhámos durante o exercício de 2025 a atividade da Águas de Porto Novo, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, lidos em conjunto com o Relatório da BDO, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

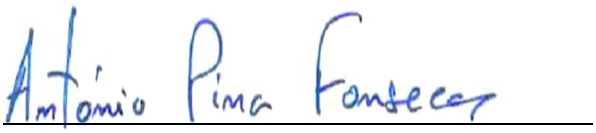
Assim, somos de parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Praia, 3 de maio de 2026

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de
BDO-Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.

Tel: +238 991 53 19
www.bdo.cv
CP 63 - Praia
Cabo Verde

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Acionistas da Águas de Porto Novo, SA

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da Águas de Porto Novo, SA (adiante também designada por APN ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 362 800 contos e um total de capital próprio de 27 748 contos, incluindo um resultado líquido de 721 contos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria descrita no primeiro parágrafo da secção *Bases para a opinião com reservas*, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APN em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro (NRF) adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

Bases para a opinião com reservas

O ativo da Empresa em 31 de dezembro de 2025 inclui cerca de 315 800 contos a receber de dois clientes, valor que representa cerca de 6 anos do seu volume de negócios. O não recebimento em tempo daqueles valores tem obrigado a Empresa a socorrer-se do apoio financeiro do seu acionista maioritário, bem como ao não pagamento em tempo de alguns valores ao seu acionista Estado, o que provoca o registo de gastos financeiros. Salienta-se ainda que não se encontra registada qualquer imparidade relacionada com aquele montante a receber.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA-*International Ethics Standards Board for Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido no Relatório de gestão, em julho de 2024 a Empresa participou na constituição da empresa Águas de Santo Antão (AdSA), com uma participação de 25% no capital social, a qual tem como objeto social a gestão do sistema de abastecimento público de água e a gestão do sistema de recolha, tratamento e reutilização de águas residuais urbanas em toda a Ilha de Santo Antão. A AdSA passou assim a ser o único cliente da Empresa, em substituição do anterior cliente, o Serviço Autónomo de Água e Saneamento do Porto Novo. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de

não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

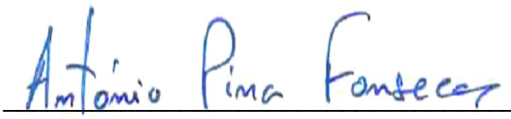
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Empresa descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Adicionalmente, declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
- Das matérias que comunicamos ao órgão de gestão, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e), do número 2 do artigo 345º, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Praia, 3 de maio de 2026



António Pina Fonseca, em representação de
BDO – Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda.